

LEITURAS

CARMO, Francisco. *RELIGIÃO E SOCIEDADE EM ANÁLISE. Uma abordagem sociológica*. Angra do Heroísmo, Livraria do Seminário Episcopal de Angra, Dezembro de 1994.

A obra em causa, para a sua correcta compreensão, — no que se refere, por exemplo, às intenções do autor aquando da sua elaboração, o público a que a mesma se destina, — requiere a leitura inicial do prefácio e da introdução. O autor refere, no prefácio (p. 15), que nesta obra se encontra subjacente “uma razão científico-académica”, enquanto que, por outro lado, a mesma será um “subsídio prestável a uma pastoral lúcida e adequada que se veja realista, eficaz”.

Padre e académico (professor associado do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais), não admira no autor uma tal preocupação. Se a primeira razão o situa no seu posicionamento de investigação e docência, a segunda, partindo, embora, desse patamar, coloca-se ao nível da apreensão das realidades concretas da pastoral, tentando prestar um serviço nesse campo. Deste modo, o seu autor mantém com aquele que muito contribuiu para a institucionalização da sociologia religiosa, em França, — que se deu a partir da II Guerra Mundial, — uma certa relação de princípio ao nível das intenções. Le Bras, quando impulsiona, em 1931, grandes inquéritos sobre a prática religiosa católica em França, tem como intenção contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno religioso católico; por isso mesmo, analisará, por um lado, a perda de domínio social da religião católica, enquanto que, por outro lado, pretende teorizar este processo. Francisco Carmo não segue, nesta obra, a metodologia de Le Bras, mas a nossa afirmação vai no sentido da intenção de ambos, que passa pela necessidade de compreensão do fenómeno religioso católico, prestando, deste modo, um contributo à pastoral. Mais nos confirma a afirmação que aqui fazemos, quando atentamos nalgumas das suas anteriores publicações: *Inovações, Mudança Social e Factor Religioso: Cultura Rural e Desenvolvimento: Problemática Social e Humanismo Cristão: Ainda é Cristã a Cidade de Ponta Delgada?*.

A obra de Francisco Carmo, agora publicada, nas três partes e nove capítulos que a constituem, analisa a religião (católica) como *facto social*, ou seja como “comportamento observável”, “objecto de ciência” — a Sociologia. Assim, ao nível da I parte, começa por estabelecer, metodológica e epistemologicamente, os fundamentos do tratamento sociológico da religião. Na parte que se lhe segue, estabelece as relações entre a religião (comportamento religioso) e a sociedade, entendendo a religião como cultura. A última parte da obra trata, basicamente, da *adesão* ao religioso e do modo como essa “adesão” se concretiza na *comunidade local*, capítulo que pensamos ser de extremo interesse para a pastoral, ao nível da congregação ou comunidade eclesial, terminando com um capítulo mais técnico (conceptualização, investigação e alguns exemplos).

Em Portugal, a sociologia religiosa não tem produzido um grande número de trabalhos; no que se refere aos Açores menos ainda, como é compreensível. Todo esse circunscripto situacionista contribui para o bom acolhimento de obras desta natureza. Mais, ainda, quando a dessacralização do real e das relações humanas, perpetrada por correntes de pensamento, se foi introduzindo, em primeiro lugar, no país e, particularmente, na nossa região. Os hábitos religiosos que se foram afrouxando, embora uma boa percentagem dos açorianos se considere católica: 64.1% de católicos praticantes, enquanto os não praticantes ascendem já a 35.9%, de acordo com o autor, num estudo que tem por objecto as camadas jovens da população. O católico não praticante, embora se considere a si mesmo católico, é, contudo, um religioso *sui generis*, uma vez que o catolicismo e a religião em geral, para serem efectivos, necessitam da prática religiosa: assim, 35.9% dos jovens não se encontram comprometidos numa actividade religiosa (católica) efectiva. O número (percentagem) é já sintomático.

A crise que se vive ao nível do comprometimento religioso se não é grave, neste momento, ao nível das vocações já o é. S. Miguel pouco tem contribuído com novos padres, sendo o estado em que se encontra o nosso Seminário de Ponta Delgada um indicador acentuadamente positivo da crise. Por isso, também, se acentua o interesse e importância de obras da natureza da presente, que muito nos apraz e honra recensar.

Religião e Sociedade em Análise, que designaremos abreviadamente por *RSA*, não é uma obra que estuda *in strictus sensus* a realidade açoriana. Caracterizamo-la como um manual de muito interesse, escrito num português acessível, em que as temáticas se encontram bem explícitas, o que permite um acesso relativamente fácil àqueles que não têm uma for-

mação de base em Sociologia, ou que não tenham mesmo um grau universitário. Isto é algo que a valoriza e se encontra de acordo com a intenção do autor, expressa na obra.

Nas épocas de algum modo críticas, em relação a determinadas questões, faz sentido falar e publicar sobre elas. Não é por acaso que Jacques Derrida, que nunca foi marxista, publica em 1993, nas Éditions Galilée, *Spectres de Marx*. Por algum motivo, na época de crise do Estado-providência, o sociólogo Pierre Rosanvallon publica, em Janeiro do corrente ano, *La nouvelle question sociale. Repenser l'État-providence*, tema que não é novo no autor, pois já em 1981 havia publicado *La Crise de l'État-providence*, que veio a ser reeditada em 1992, na Seuil. Faz sentido que, em meados do presente século, a sociologia religiosa se tenha desenvolvido, face às preocupações que tinham em conta um menor interesse das pessoas pelo catolicismo e por outras religiões, também. Faz sentido que no presente, nos Açores, se estude e publique a temática religiosa numa abordagem sociológica.

A religião, como muito bem analisou Yves Lambert, em *Dieu Change en Bretagne. La religion à Limerzel de 1900 à nos jours*, publicada em 1985 na Cerf, resume em quatro pontos fundamentais a problemática religiosa no presente:

1. A religião não é mais um factor organizador da sociedade;
2. A religião perde algumas das suas atribuições que são assumidas pelo Estado;
3. Pluralização e privatização das crenças;
4. Valorização e autonomização do individual.

A problemática da secularização é fundamental na abordagem sociológica do presente. Francisco Carmo trata-a na sua obra, deixando-nos a ideia de um interesse profundo pelo tema, tal como da necessidade do seu tratamento relacional com a religião. Em França, onde existe debate de ideias, que entre nós portugueses não encontra paralelo, a questão da secularização provocou confronto entre a Igreja Católica e o Estado. Os protestantes, por seu turno, defendem a secularização. E. Poulat, que conta com grande número de obras sobre sociologia da religião, autor prestigiado, tem contribuído para o estudo da evolução da noção de *secularização*, inscrevendo-a, temporal e geograficamente, numa abordagem que passa pela permanência institucional do catolicismo romano. Apreendeu e

revelou muito bem a complexidade das relações entre o mundo católico e as políticas da modernidade: liberalismo e socialismo. Refere-se este autor a um “catolicismo intransigente”, controlando a instituição, e a um “catolicismo liberal” afastado das zonas do poder, com características de religião burguesa na passagem do século XIX para o século XX.

A problemática do ecumenismo, dimensão incontornável do fenómeno religioso na contemporaneidade, se bem que passando de algum modo em *RSA*, pensamos não lhe ter sido dedicado lugar de relevo. O ecumenismo surge, de acordo com P. Berger, como resposta das instituições à evolução da pluralidade religiosa. J. Baubérot, na sua análise do ecumenismo, assenta-o sobre dois limiares de laicização:

1. A liberdade religiosa permite o pluralismo confessional;
2. O segundo limiar caracteriza-se pelo apagamento do papel social das instituições religiosas, pela evolução da indiferença religiosa e a exploração das crenças.

O primeiro e o segundo limiares encontram-se presentes em *RSA*, analisados, portanto, pelo autor e, como tal, alicerçamos aí, também, a nossa posição, que passa pelo entendimento da necessidade de disponibilizar um tratamento mais desenvolvido ao ecumenismo.

A contra-cultura tem suscitado, principalmente nos E.U.A. mas, também, na Europa, o surgimento de “novos movimentos religiosos”. Estes “novos movimentos religiosos”, na medida em que apontam para uma *nova consciência*, apresentando, no entanto, uma grande diversidade, são importantes para a compreensão duma visão actual do fenómeno religioso. O catolicismo só terá a beneficiar com a análise e compreensão desses movimentos: mesmo nos Açores, a Igreja católica, que é dominante, terá interesse na compreensão do fenómeno, até porque não estamos numa época em que o catolicismo se possa fechar sobre si mesmo, como muito bem viu Francisco Carmo, mas tem de abrir-se à sociedade em geral, na qual ela se insere. A compreensão de outros fenómenos religiosos ajudará a uma compreensão do próprio fenómeno religioso católico. A sociologia, partindo da análise do factual, deve exceder o plano temporal do passado, projectando-se no futuro. A leitura de *RSA* passa, pensamos nós, por essa preocupação, de acordo com a intenção do autor, que é conquistar margens cada vez maiores de conhecimento e racionalidade, alimentando-se do passado e da vivência do presente, que em *facto* se transformam, no

tratamento que lhes é dispensado pela ciência social, com vista ao entendimento do futuro, de modo a que este resulte promissor já no presente, e que os fios da sua tessitura se liguem numa malha substancial efectiva, capaz de engajar, de comprometer, as novas gerações.

Manuel Ferreira Rodrigues de Oliveira

MEDEIROS, Octávio H. Ribeiro de. *A MINHA CASA É A MINHA IGREJA. Prática religiosa dos açorianos*. Ponta Delgada. Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995.

É com agrado que recenseamos o livro recentemente dado à estampa por Octávio de Medeiros. No entanto, não podemos passar despercebida alguma dificuldade em fazê-lo. Colega de Departamento da Universidade dos Açores, amigo desde há muito e ex-professor aquando da nossa passagem, como aluno, por esta Universidade, tal não facilita o nosso trabalho.

A MINHA CASA É A MINHA IGREJA, para quem conhece o seu autor, sabe que nesta afirmação se encerra, de algum modo, a sua forma de estar na vida. Poderia acrescentar, sem referência directa ao seu trabalho “a minha casa é a minha universidade”. Paralelamente à primeira afirmação, a de Octávio de Medeiros, a segunda afirmação (a minha) testemunha a entrega deste homem à Universidade dos Açores, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, que nunca impôs o seu interesse próprio — diga-se que é justo defendê-lo e lutar por ele — à instituição ou mesmo aos colegas, num maquiavélico jogo de poder e de aquisição pessoal de dividendos. Por isso, Octávio de Medeiros — como padre e como docente — situa-se sempre ao nível da partilha, que apesar de recordada, de quando em vez, a sua recordação abona mais no sentido marcante da excepção, que em regra se transforma ao nível de um discurso de recordação tecido. Assim, o autor, que age fundamentalmente no plano da pessoa — o que refere a ética, quantas vezes esquecido? Interrogamo-nos — não se encontra preso na tessitura da “recordação”, ultrapassando, de longe, as suas aprisionantes malhas.

Ao nível da apreciação crítica, mantém-se muito daquilo que foi por nós afirmado na recensão do livro de Francisco Carmo, *Religião e Sociedade em Análise*. Obras diferentes efectivamente: a de Francisco Carmo situando-se essencialmente no plano teórico, enquanto que a presente se encontra ao nível do trabalho de campo sociológico. A intenção, contu-

do, é idêntica em ambas: a compreensão do fenómeno religioso, contribuindo para a melhoria da actividade pastoral, tendo como pano de fundo a sua aplicação no terreno que nos circunda.

A sociologia religiosa, como modo específico do saber sociológico, utiliza o número. Este número não pode ser reduzido à quantificação pura. Com isto concorda Gilberta Rocha, quando no prefácio afirma que a quantificação é um “elemento fundamental”, mas que “não pode por si só explicar toda a complexidade do mundo que nos rodeia” (p. 7). A procura da objectividade, que as ciências na generalidade seguem, conduz à utilização do número. Primeiro, foram as ciências da natureza, generalizando-se aos poucos, o paradigma de que a natureza é *fundamentalmente matemática*, a outras vertentes que se encontram fora da realidade natural. Ao tempo dos pitagóricos, para quem o número era a arquê do universo, a sua explicação essencial e última, sucedeu o optimismo da Época Moderna, platonizado e pitagórico, de algum modo, que elegeram a matemática ao grau de certeza e fez dela o modelo de objectividade científica: Descartes e Leibniz são alguns dos arautos e defensores da ideia, aos quais diversos outros nomes se poderiam acrescentar. Hoje, movidos por alguma desconfiança, quando não mesmo relativismo, no fundo algum cepticismo, se faz a desconstrução do edifício tão querido, sonhado por muitos — todos aqueles que contribuíram para a sua construção —, verifica-se que nem tudo, ao nível matemático, se pauta pela paradigmática certeza. Assim, Bertrand Russell, em *Portraits from Memory* (autobiografia), manifesta um certo desencantamento: “Desejava ter certezas como as que as pessoas procuram na religião, mas descobri que diversas demonstrações matemáticas que os meus professores queriam que aceitasse sem discussão estavam peçadas de erros. (...) Quanto mais o meu trabalho progredia mais me vinha à memória a fábula do elefante e da tartaruga. Tendo criado um elefante sobre o qual o mundo matemático pudesse apoiar-se, encontrei-o oscilante, pelo que me lancei a construir uma tartaruga que suportasse o elefante e o impedisse de cair. Mas a tartaruga não era mais sólida: tinha de apoiar sobre outra tartaruga ... Após vinte anos de duro labor cheguei à conclusão que nada mais posso fazer para dar ao conhecimento matemático um estatuto de certeza”.

A religião sempre se preocupou com a certeza: talvez seja preferível dizer: sempre se afirmou como absolutamente certa e verdadeira, a única verdade. Para isso, o seu fundamento não poderia basear-se no humano, imperfeito e finito como é, mas no único ser absoluto e perfeito:

Deus. A esfera do sagrado desempenhou sempre um papel de importância inequívoca para o homem. A negação do sagrado, que a partir de meados do século se tem vindo a vulgarizar, parte, também ela, do sagrado, sagrado negado, nadificado ao nível do discurso, cuja prática, por parte daqueles que, mais do que o homem comum, o deveriam afirmar na *praxis* quotidiana, deram razão ao nitzscheano *Deus está morto*. A natureza dessacralizou-se, processo que se iniciou nos tempos há muito idos da Grécia Clássica, tendo o seu ponto alto na Modernidade, nessa mesma que hoje se pretende negar, afirmando-se os males de um humanismo fechado no círculo do humano, cujos resultados são, agora, bem visíveis: poluição, esgotamento dos recursos naturais, mas, também, o humano que se conquista como ser livre, na afirmação da liberdade como valor absoluto, que precisa do suporte do “elefante”, depois da “tartaruga” e enfim... se reduz à solidão consigo próprio, afirmação de liberdade, vivendo situacionalmente o individualismo de finais do século que o encerra em si próprio. A preocupação ambientalista refere “que terra deixaremos aos nossos filhos?”, à qual Philippe Saint Marc, em *L'Économie Barbare*, acrescenta a afirmação, para ele mais urgente: “que filhos deixaremos nós à Terra?”. A urgência ética, que por todo o lado se nota na afirmação da ética aplicada às diversas vertentes do saber e da vida humana aparece como sintoma da falta de ética e, mais do que isso, duma crise universal do homem. Os problemas que preenchem a designada bio-ética, humanos que são na sua essência, surgem frequentemente como consequência da crise do humano, que marca profundamente as duas últimas décadas deste século.

A religião, afirmam alguns homens de ciência, como François Jacob, exerceu sob o pensamento humano uma coerção, — que o seu poder temporal lhe permitia —, que a ciência jamais exerceu. Mas podemos aqui afirmar que, de algum modo, os paradigmas do saber científico, desenvolvidos na modernidade, moldaram as mentes, transformaram o nosso modo de ver o mundo e de nos relacionarmos com ele; que à diversidade do pensamento e de actuação, que a Igreja combateu, sem grande resultado do ponto de vista duma homogeneização cultural religiosa, a ciência conseguiu, muito mais do que ela e pela técnica que lhe está associada, mais profundos resultados do ponto de vista da moldagem e homogeneização do pensamento. As universidades — quais modernas igrejas — ao universal “vivido” que se acerca duma atitude globalizante, marcaram, muitas vezes, a contra-reforma do saber universal abstracto, reduzido à universalidade numérica, como a última religião do homem, que à verdade o conduz.

O psicanalista Daniel Sibony, em *Le corps et sa danse*. Paris, Seuil, 1995, refere que o feminismo enferma de cegueira, pois não se afirma tomando por base a especificidade do feminino. Ao nível do pensamento ateu, pensamos ser ajustada idêntica afirmação: ele não encara a especificidade fenomenológica do religioso, e a negação que faz dele, porque não o compreendeu, não é mais do que a sua afirmação assente na negatividade. A ultrapassagem do religioso ou do sagrado só é possível ao nível do discurso que, dialecticamente, o assume, transformando-o. Resta saber, se essa transformação é uma ultrapassagem, ou se não faz mais do que retomá-lo de outro modo, o que é continuar, ainda, na sua afirmação. Tal acontece no pensamento de Hegel, que, como muito bem viu Jacques Derrida, se mantém ao nível de uma Teologia.

O religioso, tal como a filosofia, entendido à maneira de John Rawls, em *Justice et Democratie*. Paris, Seuil, 1993, como “doutrinas compreensivas”, não faz parte do fenómeno político; doutro modo, a sua realização “através das instituições de base daria ao Estado um carácter sectário” (p. 294). Hoje, não existe, como outrora, o perigo da sobrevalência e dominação do religioso, quer sobre as consciências, quer sobre as pessoas, bens e poderes constituídos politicamente. Os bens primeiros, que são necessários, também para as doutrinas filosóficas e políticas, de acordo com Rawls, (ou seja, as mesmas liberdades, oportunidades e direitos de base, como, por exemplo, meios de subsistência e riqueza), são garantidos *pelas mesmas bases sociais do respeito de si*. Estes são, pois, bens que os cidadãos, como pessoas livres e iguais, têm necessidade e cuja reivindicação está justificada à partida. Assim, o Estado e as suas instituições, distinguindo-se das *doutrinas compreensivas* (filosóficas e religiosas), não as favorecendo, mas situando-se no interior da sua esfera própria, dá-lhes, contudo, a garantia da sua acção livre, desde que acordem com o seu valor de justiça e, de certo modo, com o bem que lhe está afecto, tendo por base um ideal democrático-liberal.

A redução da participação na prática religiosa — entendemos, na esteira doutros, que a vertente religiosa é fundamental — não significa o abandono do religioso. Poderá haver falta de motivação, quer por desajustamento em relação ao religioso, quer por dificuldades na adaptação e “incapacidade dos mais responsáveis pela Pastoral em discernir as motivações dos novos comportamentos resultantes das transformações sócio-culturais operadas na sociedade” (Octávio de Medeiros, 1995, p. 148). Tudo isto aponta para o campo de trabalho e sua urgência, a desempenhar pela

sociologia da religião, até porque como refere, numa visão lúcida e crítica, o autor, “não parece muito vivenciado pela Igreja açoriana, o assumir corajosamente os desafios que as mudanças normalmente acarretam e que exigem uma atitude de humildade e serenidade para descobrir nelas lugar normal do encontro com Deus...” (*Ibidem*, p. 148-149).

Numa época de desencontros, de falta de diálogo e de mergulho na solidão, há lugar para a prática religiosa, que na sua experiência e tradição sempre privilegiou, melhor ou pior, aqueles valores. A vida se não for informada pelo sentido esvazia-se; não são poucos os exemplos que nos chegam sobre esta questão. A Eucaristia Dominical aparece como ponto privilegiado para aqueles que a ela acorrem, nessa busca de sentido que cada qual necessita para a sua existência. A concepção secularizante se algo trouxe de positivo, por outro lado, como refere o autor, mergulha o homem moderno num quotidiano de preocupações materiais, que muitas vezes assumem o lugar mais importante, deixando para segundo plano ou esquecendo, mesmo, a prática religiosa.

A “dimensão pedagógica”, como refere Octávio de Medeiros, deve ser valorizada. O regresso à Igreja não deve ser feito na base do medo do pecado ou do Inferno, qual caldeira de Pêro Botelho, como se lhe referiu Eça de Queirós, de um Deus que é Pai austero e carrancudo, prolongamento de castrações infantis. Por outro lado, será na base da abertura e do amor, do *cuidado*, quer de Deus para com os homens, quer dos Pastores em relação aos fiéis, quer destes uns para com os outros, Pastores e Deus, como imagem vivida de acordo com o modelo divino, que é já a antevisão de uma outra felicidade, fazendo os fiéis partícipes, neste mundo, da Graça que lhes é dispensada pelo Divino e que serviu de consolo e guia a muitas gerações que nos antecederam.

Manuel Ferreira Rodrigues de Oliveira

APRESENTAÇÃO DO LIVRO SOBRE A POVOAÇÃO

CONCELHO DA POVOAÇÃO: ENTRE IDENTIDADE E REPRESENTAÇÕES

A honra e o proveito vieram-nos ao encontro nesta visita.

A honra de estarmos numa autarquia que, mais do que outros órgãos ou instâncias do poder, representa o povo, está perto dele, com ele se identifica.

O proveito, pela oportunidade aberta de melhor conhecer o meio, a edilidade e contribuirmos, porventura, para proveito de outros estimulando a um conhecimento sempre maior.

O motivo óbvio desta sessão é o livro:

CONCELHO DA POVOAÇÃO — Entre Identidade e Representações.

O livro fala do Concelho e, a partir de hoje, **fala-se do livro no Concelho.**

A sua apresentação, que me foi endereçada, permite-me uma reflexão globalizante em *três tempos*.

1— TÓPICOS DE IDENTIFICAÇÃO

A *invenção* ou arte de procurar e desenvolver um assunto encontrou, nos chamados **Tópicos**, instrumentos para se realizar. Entre esses avultam aqueles que são constituídos por este *verso latino*, de 7 itens:

QUIS, QUID, UBI,

QUIBUS AUXILIIS,

CUR, QUOMODO, QUANDO?

Quem, O quê, Onde,

Com que meios,

Porquê, Como, Quando?

Deles me sirvo para fazer, num primeiro momento, a apresentação do livro que é motivo desta sessão, neste Auditório Municipal da Povoação.

1 — QUIS? Quem? Quem são os autores?

Três docentes da Universidade dos Açores: **Octávio H. R. de Meideiros, Fernando Diogo, Licínio Tomás**. São sociólogos, ou seja, aqueles a quem, por especialidade de estudo, cabe procurar conhecer a sociedade, o que nela se passa, a imagem ou figura que ela dá, os dinamismos e tendências que a atravessam, os conservantismos que a amarram, as turbulências que a agitam, os equilíbrios e as descontinuidades que emergem da vida, as deslocamentos espaciais e o seu ritmo, a mobilidade entre os diversos níveis e funções sociais, etc.

E não só o fazem por especialidade e por ofício mas fizeram este trabalho com gosto e empenhamento para bem servir a comunidade. E não só viveram o facto quando aqui vieram mas nos vários tempos em que decorreu: o escrutínio dos dados, a selecção, a análise, a interpretação, a feitura do Relatório, a publicação do livro. E quem conviveu ou convivesse com eles no dia-a-dia deu-se conta ou dava-se conta do seu interessamento ou fôsse nas conversas sobre o assunto, ou fôsse no texto dos Macintosh, em quadros ou gráficos, digitados e desenhados nos ecrans, no centro informático do Departamento de HFCS. E fizeram-no na consciência de tratar-se de um trabalho científico ao qual se exige método, rigor, ponderação; se bem que não lhe seja alheia também uma certa personalização, pois que a ciência não é por definição *incolor, inodora, abstracta e abstracta*, nos processos que usa e na linguagem por que se traduz. Este rigor e esta personalização não escondem também aquilo que é comum aos investigadores do social (e outros) — o *sentido de limite*: não se faz tudo de uma só vez, poucas coisas trazem a marca do definitivo, como nas dinastias o saber precisa sucessão; ele cresce também com a revisão e ao choque das interpelações.

2 — QUID? Que coisa, o quê?

A resposta é um produto, *o que eles fizeram* — este livro, inquérito em todo o Concelho e sobre o Concelho: para saber quais os traços da sua identidade, quais as imagens ou representações que ele tem nas consciências e na mentalidade dos que o habitam, o que poderá significar de possibilidade e estímulo para a acção, para o desenvolvimento local.

A resposta é um produto, *o que eles disseram* — os entrevistados.

Aos entrevistadores coube o cuidado de recolher com fidelidade as respostas, aos sociólogos a tarefa de compactar os dados, pôr em confronto as diferentes variáveis, e, nas junturas, descobrir-lhes as coincidências, significados, generalizações.

O livro, cujo título e autores já referi, estende-se por 115 pp., em 5 caps.; uma Apresentação preliminar; Anexos, Bibliografia e Índice complementares: pode dizer-se de configuração A5. Editor: Câmara Municipal da Povoação, capa de Artur Madeira, Composição gráfica: Artur Madeira e Luís Miranda, impressão da Nova Gráfica, Povoação 1993 (Ficha técnica).

As *Notas Finais*, parte ainda do texto, apontam algumas chaves de leitura para o entendimento dos resultados.

Alguns aspectos se revelam que podem parecer negativos. Mas muito depende do modo como são assumidos, das políticas económicas e sociais em que se inserem, do dinamismo que as movem, não apenas à pequena escala concelhia mas enquadrando o Concelho no espaço mais vasto da Região (e outros). Assinalo alguns:

— O declínio demográfico do Concelho é o mais acentuado na Ilha de S. Miguel e aumenta também o ritmo de envelhecimento da sua população.

— Gostar do lugar onde se vive é uma coisa, que aparece, mas encontrar todas as motivações para aí residir e trabalhar, com utilidade e proveito, é outra e, no geral, as freguesias, com acentuações diferentes, nem sempre são atractivas para o efeito.

— Entre as diversas maneiras como se sentem — ser da freguesia, do Concelho, da Ilha, dos Açores — mais acentuam esta última, significando que o *localismo* não lhes é tão interior ou representativo como o *açorianismo*. Isto levanta diferenciadas hipóteses que carecem de aprofundamento, como se reconhece no livro.

— Se ainda há uma certa ideia ou sentido de pertença, gosto de viver no Concelho, nota-se, sobretudo nos jovens, uma nítida insatisfação na sua realização pessoal que, para eles e para os mais escolarizados, aponta para um espaço mais amplo, os Açores, (que não a Freguesia e o Concelho).

— A ideia de pertença à Freguesia e ao Concelho ainda é mais interpelante se se considera que ela é sobretudo referencial-afectivo, no estilo

de quem diz *eu sou povoacense*, mas não no estilo de quem, sentindo-se comprometido para os valorizar, diria: *queremos desenvolver esta nossa terra*.

3 — UBI? Onde (o inquérito)?

Neste lugar, não entendido apenas na globalidade mas, desdobradamente, nas diversas freguesias de que se compõe: Água Retorta, Faial da Terra, Furnas, Remédios, Povoação, Ribeira Quente.

Neste lugar que foi a abordagem original dos descobridores que tocaram a Ilha fazendo realidade para as gentes o que do Infante seria sonho.

Neste lugar que foi “o primeiro assento dos habitantes da ilha, d’onde deriva seu nome” como diz um Cidadão Açorense (*Corographia Açórica*, 1822, p. 65), ou a “primeira capital geográfica” (assim refere outro) e, quem sabe se, em tantas ocasiões, a não deixariam esquecida e ao Concelho, na definição das políticas, no desenho das prioridades, no empenhamento pela sua promoção, accontentando-se das recordações sentimentais com que içam bandeiras, descerram lápides, enchem discursos de ministros ou vozes de secretários.

Neste lugar onde o templo-matriz e a sua dedicação têm a marca da maternidade, o sentido das origens da vida e da fé mesma que apanhou este povo desde os primórdios: — MÃE DE DEUS.

4 — QUIBUS AUXILIIS? Com que meios?

Planeadas, a seu tempo, as diversas acções do inquérito, usaram as técnicas adaptadas da observação e da entrevista como forma de recolha dos dados e que permitiram o contacto com o meio e as gentes de todas as freguesias, sem excepção. Com o suporte financeiro e logístico prestado pela Câmara Municipal.

5 — CUR? O Porquê?

— Porquê? Porque alguém foi o promotor desta realização e deu o suporte conveniente às diversas operações do Inquérito, à publicação do Livro e, com ele, se promoveu a sessão que estamos a realizar. E esse mérito cabe em cheio à CÂMARA MUNICIPAL DA POVOAÇÃO. E não deixou de salientar-se, no esforço porfiado em fazer levar a cabo esta tarefa, o munícipe e [então] vereador DR. CARLOS EMÍLIO ÁVILA, como já se me indiciara eventualmente e me foi confirmado por informações ulteriores.

— Porquê? Porque se prefiguraram os objectivos do trabalho e a sua utilidade no incremento de acções e atitudes mais consonantes com a realidade e, por isso, mais ordenadas à eficácia de planos e programas. E tiveram como interlocutor qualificado, entre a Edilidade e a Universidade, o munícipe DR. OCTÁVIO H. R. DE MEDEIROS, cuja actividade e empenhamento bem reconhecidos são.

— Julgo este gesto da instituição autárquica *modelo* para quem quer uma política social baseada na realidade da vida e ajustada pelas necessidades e aspirações dos cidadãos, que sempre deverão ser o alvo e o termo das políticas a qualquer nível — *com quem quer que seja, onde quer que ocorra, seja quando fôr*.

Bem haja, Senhor Presidente!

Bem hajam Senhores Vereadores!

6 — QUOMODO? Como?

De que maneira fizeram este trabalho? Gizando à primeira vista um plano, seleccionando as pessoas capazes de o executar ao nível local e instruindo-as para o efeito, percorrendo as várias freguesias, perguntando, inquirindo (aos vários escalões etários, sexo masc. e fem., vários tipos de profissões, diferentes níveis de escolaridade, tipo “urbano” e rural). À recolha, nestas condições, seguiu-se a análise onde o computador faz de instrumento útil e multiplicador em termos de rigor, de velocidade, sob o controle da mão e do cérebro humano.

Aos que colaboraram em *equipa* e *aos que responderam* informando e opinando é devido o maior reconhecimento porque, se os dados se fazem produto científico, às mãos dos investigadores ou cientistas, são os *informantes* que fornecem a matéria prima e os *entrevistadores* que a recolhem e transportam para o *laboratório* da análise e interpretação.

7 — QUANDO? Quando?

Foi durante os meses de Julho-Agosto 92, que se faz a recolha sistemática dos dados; o Relatório entregue em Dez. 92; o livro impresso definitivamente em Maio 93, e que hoje se abre para todos vós, para que o folheis, aprecieis, tireis dele quanto vos seja útil para maior vida *do* Concelho e *no* Concelho.

2— ACÇÃO CONSEQUENTE

O inquérito ou o estudo é papel do sociólogo e, como tal, pode julgar-se terminado com a entrega do Relatório — trabalho científico realizado. Para o Proponente, que o solicitou, é apenas o primeiro passo. Segundo passo serão as acções a projectar e a promover com base nos dados fornecidos e à luz dos princípios e de ajustados programas.

A eficiência que se tem como característica moderna da empresa, será também estilo dos órgãos do poder, das instâncias oficiais, das Câmaras, das Juntas de Freguesia. Que redunde em proveito dos cidadãos. lhes poupe passadas inúteis, voltas escusadas, ilusões e dilações.

Este é também um apelo que já nos vem de longe. E vou ilustrá-lo, ao nível da governação, com um trecho do **Padre António Vieira**, sem assumir toda a intencionalidade do autor mas aplicando-o tão-só, em sentido prospectivo, ao teor do trabalho ou inquérito realizado.

“Antigamente [na república hebreia] estavam os ministros às portas da cidade; agora estão as cidades às portas dos ministros. Tanto coche, tanta liteira, tanto cavalo [hoje dir-se-ia automóveis, carrinhas motociclos...] (que os de a-pé não fazem conto, nem deles se faz conta); as portas, os pátios, as ruas rebentando de gente... tantos a esperar, e todos a desesperar. Aqueles ministros ainda quando despachavam mal os seus requerentes, faziam-lhes três mercês: poupavam-lhes o tempo, poupavam-lhes o dinheiro, poupavam-lhes as passadas. Os nossos ministros, ainda quando vos despacham bem, fazem-vos os mesmos três danos. O do dinheiro porque o gastais; o do tempo, porque o perdeis; o das passadas porque as multiplicais. E estas passadas, e este tempo, e este dinheiro, quem o há-de restituir? Quem há-de restituir o dinheiro a quem gasta o dinheiro que não tem? Quem há-de restituir as passadas a quem dá as passadas que não pode? Quem há-de restituir o tempo a quem perde o tempo que havia mister? Oh tempo tão precioso e tão perdido!”. Este texto é, de alguma forma, eco e aplicação do Livro sagrado onde se lê: “Eis as normas que deveis seguir: dizei a verdade uns aos outros: às portas da cidade administrai uma justiça que fomente a paz: não maquineis nos vossos corações o mal contra os outros, nem jureis falso, porque detesto tudo isto” (Zac. 8. 16-17).

A Câmara Municipal, que por aqueles que a representavam, esteve às portas da Vila, das freguesias, das pessoas entrevistadas, para a reco-

lha de informações e dados para o estudo sociológico deste Concelho da Povoação.

Que esteja também às portas da Vila, das freguesias e das pessoas, para as acções que uma boa política sugere, enquadrada nos dados recolhidos, e tudo faça, numa acção continuada, para honrar a proposta do inquérito, que a Ela se deve, e o serviço ao povo que o merece.

F. Carmo

TOURAINÉ, Marisol, *Le Bouleversement du monde. Géopolitique du XXI^e. siècle*. Paris, Col. Science Politique, Éditions du Seuil, 1995.

Marisol Touraine, ex-conselheira do Primeiro Ministro Michel Rocard (1988-1991) para os negócios estrangeiros e de defesa, é especialista em questões estratégicas e relações internacionais, docente do *Institut d'études politiques de Paris*, onde ensina "As grandes linhas de partilha do mundo contemporâneo".

A obra que ora recenseamos, apresentada ao público em Janeiro do corrente ano, é já uma consulta necessária nos campos da Ciência Política e das Relações Internacionais, de forma que merece da nossa parte uma atenção muito especial.

A segunda parte do título da obra, remetendo-nos para o próximo século, não faz dela uma obra de ficção, um mergulho num aventureirismo profético. O seu ponto de partida é a problemática política do presente. Para as temáticas centrais, recuando no passado, tenta encontrar nele o surgimento das mesmas, projectando-as no futuro e tecendo os contornos da sua possível evolução. O dado empírico é tratado e inserido em modelos de análise, sempre com a preocupação de os encarar dum ponto de vista global, recusando, de algum modo, as visões mais redutoras. A estas e na falta de um paradigma inteiramente adequado à compreensão da especificidade fenoménica do dado político, social ou económico, a autora preferirá encarar a dificuldade surgida, reinando sempre o bom-senso de não impor, numa atitude pseudo-científica (não pouco frequente), uma estrutura conceptual desajustada, forçando o real (político) de modo a inserir-se naquela.

O mundo mudou face à alteração da anterior ordem estabelecida. O clima instaurado à volta da guerra fria desapareceu com esta. A queda do muro de Berlim, a que pudemos assistir, simbolizou a derrocada de um modelo gasto e carcomido. Os problemas, contudo, não foram solucionados, ou melhor, o desaparecimento dos problemas e dificuldades, conse-

quência dum determinado modelo organizativo da geopolítica mundial de então, conduziu-nos a novos problemas com os quais nos estamos a familiarizar, mas que, de modo algum, conseguimos dominar. A guerra fria, maugrado a angústia do recurso ao armamento, cada vez mais sofisticado e devastador, tinha estruturado, durante décadas, o mundo de então. Havia modelos capazes de dar inteligibilidade ao processo desenvolvimentista que por aí passava.

A imagem que obtemos pela comunicação social, aquela a que tem acesso o grosso do público, revela-nos, sobretudo, a sensação dum estado caótico; não é apenas a África e os já habituais problemas da fome e da tirania, eles vão mais longe, arribando à Ásia e ao civilizado Japão, mas encontramos-los, também, na Europa, mesmo no interior das fronteiras da UE. Será que, por detrás da realidade fenoménica do dado, indomável e desordenado na sua aparência, existe um núcleo que vai para além da desordem que transparece? Será que para além do incompreensível, por nós percebido, existe algo que seja inteligível? Se ele existe, como podemos analisá-lo? E compreendê-lo?

Da nossa leitura — que fizemos de modo atento, tal como a mesma o merece —, parece-nos que é uma preocupação permanente da autora, ao longo da obra, a compreensão da problemática complexa do presente, a tentativa de inteligir, sob essa camada desordenada, quase caótica, uma camada originária, inteligível, capaz de superar a ininteligibilidade empírica.

Podemos referir, na sequência deste estudo, uma desocidentalização gradual, mas progressiva, do mundo, como contrapartida duma asiaticização do mesmo. O Sudeste asiático desde a década de 70 tem-se afirmado continuamente na economia mundial. Os anos 80 parecem ter sido decisivos, de tal modo que não é apenas o Japão, Hong Kong ou a Formosa (Taiwan), mas outros surgem desenvolvendo uma maior acção na economia mundial; poderemos citar, a título de exemplo, Singapura, Coreia do Sul, Indonésia e Malásia, até à China, o dragão gigante adormecido durante longos tempos, que agora sai à liça envolta no seu comunismo, mais político do que económico, aquilo por que se designa “comunismo à maneira asiática”. O papel da Ásia pesa de tal modo na economia mundial — a que teremos de acrescentar a sua cada vez maior importância política — que há *experts* que predizem que o século XXI será asiático.

O comprometimento político, para ter sucesso na actual conjuntura, terá de ser efectivo; deverá sê-lo ao nível da acção interna e ao nível da

acção externa. Ele não passa por uma afirmação unilateral do poder — os tempos mudaram, assim como as situações —, mas passa cada vez mais por uma *entente*. O modo como Marisol Touraine termina o seu livro parece-nos revelador.

A terceira e última parte do seu livro tem por título “Guerra e Poder”: justamente no *terminus*, a autora refere o processo de paz entre Palestínianos e Israel, caracterizando-o como “embrionário”, mas marcando claramente uma *ruptura*. Israelitas e Palestínianos, aproveitando a nova conjuntura para além da guerra fria, ultrapassaram a “parada” anterior no sentido da “construção de um novo quadro político”, que não passa já pela “afirmação dos grandes princípios”, mas pela “vontade comum de definir novas regras do jogo”. Assim, “a visão de um mundo caótico encontra aí os seus limites”. “O Médio Oriente, refere ainda a autora, talvez tenha ganhado uma extensão de avanço sobre o resto do mundo, na condição precisamente de que os autores locais aceitem cooperar”. Será, deste modo, por um lado, a *compreensão* da conjuntura do momento e, por outro, a *vontade* política de ultrapassagem, tendo em conta a realidade de que o mundo não se divide em dois poderes antagónicos, de modo que os países de menor dimensão poderão expressar e desenvolver estratégias próprias, desde que consigam estabelecer uma estratégia que tenha em conta a sua situação específica, conseguindo coaduná-la com os seus parceiros interagentes política, económica e culturalmente no espaço aberto das relações internacionais. A avaliar pela observação do presente, verificamos actualmente, devendo continuar num futuro próximo, um fenómeno de regionalização do mundo. Esta será, possivelmente, a geopolítica que, desenvolvendo-se no *pós-guerra fria*, estará presente no próximo século.

Concluimos salientando não só o trabalho de investigação da autora, a profusão de dados apresentados, mas sobretudo a sua fina análise da situação mundial, retomada a partir do presente e desenvolvendo-a no futuro. É uma obra realista, que não cai no pessimismo da percepção da situação desordenada do presente, que não permanece ao nível descritivo da situação conjuntural, indo para além dela, apontando mesmo vias evolutivas, em alternativa às já tradicionais, à medida que vai criticando aquelas que se encontram desajustadas e superadas na actualidade.

Manuel Ferreira Rodrigues de Oliveira

Vamberto Freitas - entre a América e a ficção

Os leitores do *Diário de Notícias* e da imprensa açoriana têm há anos a oportunidade de ler os textos de crítica literária que, com impressionante regularidade e frequência, Vamberto Freitas vem publicando. Que se está em presença de um espírito autónomo, com uma visão coerente da literatura e das suas ligações com o mundo, qualquer leitor atento terá notado desde o início. Vamberto Freitas é um apaixonado da literatura e essa é a grande razão por que a sua crítica literária se distancia do vulgar empastelamento de conceitos teóricos mal cerzidos, cheios de abstrusas dissecções de pormenores e insignificâncias que deixam o leitor com enorme desvantagem não só de ler a crítica como de sonhar sequer em pôr os olhos em cima dos livros em causa.

Mas no dia a dia cada vez mais veloz e disperso das vidas de cada um é sempre possível escaparem-se-nos evidências de ao pé da porta. Nestes últimos anos, Vamberto tornou indesculpáveis eventuais distrações a respeito da sua actividade de observador e interventor no mundo dos livros, reunindo textos dispersos em já cinco volumes, à volta das três grandes áreas de sua predilecção e que correspondem ao seu percurso biográfico — as comunidades luso-americanas, a literatura açoriana e a literatura americana. Ido adolescente da ilha Terceira para a Califórnia, aí viveu quase vinte e sete anos, inserindo-se profundamente nesse mundo luso-americano, de que dão conta as colectâneas *A L(USA)lândia Reinventada* (Angra do Heroísmo, 1990), *Pátria ao Longe* (Ponta Delgada, 1992), *Para Cada Amanhã* (Lisboa, 1993). Aos poucos foi-se descobrindo mais açoriano do que os anos julgavam — e disso dá mostras o seu excelente volume *O Imaginário dos Escritores Açorianos* (Lisboa, 1992) — acabando por regressar aos Açores, não sem levar consigo para sempre uma costela que na América se lhe transplantou para o corpo. É desta faceta o seu mais recente livro — *América: Entre a Realidade e a Ficção* (Salamandra, Lisboa, 1994) — que me faz vir ao terreiro saudá-lo com bem merecida loa.

Ao longo destas páginas ressalta, primeiro, entre muitas outras coisas, a ideia de que na América a literatura está viva e manda cumprimentos e, segundo, que Vamberto Freitas partilha dessa vivacidade. Se é verdade que “o romance morreu”, parece estar bem de saúde na sepultura. Leiam-se as páginas sobre Tony Morrison, Joan Didion, Raymond Carver, ou sobre a literatura nativo-americana a que, juntamente com a literatura étnica, Vamberto dedica especial atenção. “Desde as literaturas de minorias sociais e étnicas às de regiões como o Sul e a Califórnia, a vida artística norte-americana é hoje constituída por um incrivelmente diversificado mosaico de gentes, temas e condições existenciais.” (p. 59)

Evidentemente que este entusiasmo pela literatura americana não significa entusiasmo pela América *tout court*. Muitas vezes o fascínio brota exactamente de a literatura conseguir fazer bela ficção de uma realidade pungente. Sirva como exemplo a referência a um dos seus livros favoritos, *You Can't Go Home Again*, de Thomaz Wolf: “Escrito nos anos 30, o romance (...) exprimia já o que, hoje, é mais do que evidente: a América, essa “realidade” e esse mito, não só se auto-espatifa periodicamente como se regenera com igual rapidez. Para os que lá vivem e/ou de lá são, a América é um triunfo e uma derrota constantes”. (p. 125)

Tendo sido praticamente só californiano na América, e aí, losangelino a tempo inteiro, para Vamberto é esse extremo/excesso da fronteira americana o mais intragável de uma civilização:

“A literatura do país — desde um Nathanael West a Raymond Chandler — nunca mais deixou de ver em Los Angeles o tema e o símbolo de como o sonho americano se havia tornado num insustentável pesadelo, sem que nunca se destruísse por completo a miticidade paradisíaca.” (p. 91)

Mas uma das suas grandes paixões literárias, William Faulkner, levou-o a visitar o Sul com outra sensibilidade e ligação afectiva, de que nos dão saborosa conta as últimas páginas do livro.

Daí que neste volume transpirem todos os conflitos afectivos de alguém que se sente de dois mundos e a ambos continua ligado. Um dia, em conversa telefónica transcontinental comigo (a três fusos horários de distância e a seis horas de avião), falando-me das dificuldades de se decidir ou não pelo regresso à pátria, dizia-me com um humor muito seu: “É que eu falo mal disto, mas sinto-me também aqui. Los Angeles também tem muita coisa boa!... Por acaso não me lembro agora de nenhuma...”

Voltou e está nos Açores, continuando a escrever sobre uma das suas

grandes paixões — a literatura. Se à distância já tinha feito sentir a sua diferença, de há poucos meses a esta parte ninguém interessado nestas lides tem podido deixar de notá-lo. Dirige num jornal insular um soberbo suplemento cultural — o *Suplemento Açoriano de Cultura* — de fazer inveja a muito diário de grande tiragem.

Uma das outras grandes referências no seu percurso intelectual é Edmund Wilson, o intelectual/jornalista/crítico literário por excelência das letras americanas que Vamberto Freitas admira e em cuja tradição se integra. Se fosse caso para se falar de discípulo, e se Edmund Wilson estivesse ainda vivo, decerto se sentiria lisonjeado. E ele, que se lamentava de não ter aprendido português, com mais razão o havia de fazer agora.

Onésimo Teotónio Almeida

**Sobre *A Palavra e o Chão.*
*Geografias do Afecto e da Memória***

Uma Escrita sem Muros

A crítica deve assumir-se no papel de enaltecer a vida e opor-se efectivamente a todas as formas de tirania, dominação e abuso: os seus objectivos sociais assentam num saber anti-totalitário em defesa da liberdade humana.

Edward Said

Num dos textos que acabo de visitar, *Memórias de Adriano*, de Marguerite Yourcenar, há (entre tantas outras) esta bela frase: *adaptar-me-me-ia muito mal a um mundo sem livros*. Vão longe os anos em que na juventude, e entre o então trabalho na pecuária do Vale de San Joaquim, encontrava algum (pouco) espaço para penetrar o fascinante cosmos da literatura. Vão também longe os anos em que conheci, pela primeira vez, os escritos do autor de *Entre a Palavra e o Chão*. Devo dizer de antemão que conheço a escrita de Vamberto Freitas desde 1980, e que desde então tenho sido um seguidor e (embora o termo seja tão abusado, atrevo-me a utilizá-lo) um admirador da sua vastíssima obra espalhada por seis livros e centenas de crónicas e ensaios na imprensa do continente, dos Açores e da diáspora. Conheço e aprecio Vamberto Freitas pela forma descomplexada com que ele tem salientado e enaltecido a vida emigrante nos *media* e nos (por vezes tão fechados) círculos intelectuais da região e do país. Admiro o seu contributo para uma maior aproximação da alma açoriana, partida e repartida pelo mundo. O autor, enquanto nos Estados Unidos, foi uma ponte entre a *décima ilha* e o ar-

quipélago. De regresso aos Açores, continua a fazer essa ligação entre a região e aqueles que a vivem à distância. Mas é assim este Vamberto Freitas, homem do mundo que luta contra *centralismos e periferias*, salta ilhas e continentes em defesa da cultura, da identidade e da dignidade humana em todas as suas vertentes. É aquela força dialogante e aberta. É possuidor de uma audácia invulgar, de um espírito crítico inteligente e sério, de uma estética significativa na palavra escrita.

Já lá vão seis anos que na primeira edição do simpósio literário Filamentos da Herança Atlântica, aqui nos confins da emigração, lançamos na diáspora o *Jornal da Emigração: A L(USA)lândia Reinventada*, um conjunto de ensaios sobre as vivências dos açorianos na América e uma panorâmica sobre algumas figuras e textos da literatura americana, onde as narrativas são cuidadosamente analisadas. Na apresentação deste livro, o poeta e dramaturgo Álamo Oliveira sintetizou esta primeira colectânea de ensaios como sendo essencialmente um livro de amor. É a paixão do autor frente às questões mais pertinentes do nosso mundo dividido entre dois mundos. A profundidade com que Vamberto Freitas penetra todas as suas análises, indica, inequivocamente, um acto de amor para com a dimensão humana. Com uma amálgama de intervenções na vida intelectual e cultural dos Açores e dos açorianos de cá e de lá, incluindo a publicação de *Pátria ao Longe e Imaginário dos Escritores Açorianos*, em 1992, *Para Cada Amanhã*, em 1993, *América: Entre a Realidade e a Ficção*, em 1994, e agora *Entre a palavra e o Chão*, Vamberto Freitas demonstra o que tão bem narra no prefácio destas *Geografias do Afecto e da Memória*: “escreve-se, suponho, para se estar vivo e consciente, para que a memória de um determinado tempo e do lugar não se dilua nas infundáveis representações dos povos, e escreve-se, é certo, na esperança de que o diálogo aconteça no anonimato das nossas vidas e por entre a carnavalesca realidade dos mundos que são, por direito ou por afinidade, nossos”. É esta a escrita de um homem plenamente consciente da responsabilidade do crítico e do escritor na sociedade. E Vamberto Freitas tem-nos dado um trabalho coeso, dialogante, democrático, tolerante das correntes literárias (se elas ainda existem) mas, sobretudo, uma fidelidade inquebrável pelos princípios do crescimento cultural de uma região e de um povo, de todas as regiões e de todos os povos.

No ensaio “Da Suposta Cientificidade da Crítica Literária”, de Onésimo Teotónio Almeida, e publicado no *Suplemento Açoriano de*

Cultura, coordenado por Vamberto Freitas, é citado um excelente excerto do prefácio de *Ao Contrário de Penélope*, de Jacinto Prado Coelho, que capta a função do crítico literário:

“(…) O crítico: um especialista da leitura a quem a modéstia vai bem. O crítico verdadeiro não será o encartado mas o bom amador. Por outras palavras: o que pode justificá-lo é uma profissão de amor. Quer humildemente conhecer, compreender, a fim de amar ainda mais, correndo embora o risco de vir a amar menos. Sem risco, porém, não há amor, e para o crítico o amor cego não conta”.

É esta *profissão de amor*, o tal amor pela escrita de que já Álamo Oliveira falava em 1990, que é transparente em toda a obra de Vamberto Freitas, e de uma forma muito particular em *Entre a Palavra e o Chão*. Ao longo das suas 254 páginas sentimos os riscos em que incorre o seu autor. Mas ele bem sabe que *sem riscos, não há amor*.

O seu trabalho consiste na desconstrução dos tabús que assolam a humanidade em todas as suas vertentes. Sem imposições autocráticas, mas com argumentos profícuos e amplamente reflectidos, o autor lembra-nos o que disse algures o escritor mexicano Carlos Fuentes: *A literatura é a voz de quem voz não tem*. Ao que Vamberto Freitas acrescenta: “o acto literário é essa contestação e alargamento da memória de um povo, a luta contra a exclusão e opressão da humanidade”. São os tais *riscos* que o crítico toma, porque há que conhecer, há que compreender, há que respeitar, e há que defender. Para Vamberto Freitas ninguém pode, ninguém deve, ninguém fica na periferia. A nossa memória colectiva é um acto que integra todas as geografias. A nossa universalidade reside na interpretação de todos os mundos que nos rodeiam, começando por abrir a porta e olhar o nosso próprio quintal. O autor conhece esses mundos e ecoa bem alto que: “cada artista deve à sua terra, aos lugares do seu afecto, um retrato comovido, um gesto de partilha para com o outro. Porque civilização, porque cultura autêntica exige essa convivência e essa generosidade”. São os tais *riscos* que só uma *profissão de amor* pode justificá-los.

Dividido em três capítulos distintos e decisivos, *Entre a Palavra e o Chão* é o tal exercício crítico que Onésimo Almeida (amigo e companheiro de estrada, a quem este livro é dedicado) define como: “uma instância do domínio da estética, e esta, juntamente com a ética, pertence a esse domínio mais vasto do valor ou dos valores”. No capítulo “Escrita e Vivência” encontramos um belo conjunto de ensaios focando a literatura

na sua vasta gama de temas e debates. Desde “Linguagem e ideologia” a “Portugal em Transe - Revolução e Cultura”, esta colectânea baseia-se naquilo que o próprio autor acredita (e ainda bem), que a literatura: “será também esse gesto civilizado de comungar com os outros o destino humano, e sobretudo de construir a liberdade e a dignidade sociais perante os contínuos impulsos de dominação e trivialização da humanidade”.

A segunda parte dos ensaios está subordinada ao tema “Daqui e Da Gente”. Este capítulo aborda a cultura açoriana e a defesa da nossa própria identidade no seio da nação portuguesa. Desde um ensaio sobre “João de Melo e o Espírito do Lugar na Literatura”, passando pelas conversas com Dias de Melo e Manuel Ferreira, até aos balanços culturais dos últimos anos no arquipélago, ficamos com a certeza de que Vamberto Freitas, tal como afirmaria sobre João de Melo, também ele: “andou à procura do mundo, “mas sempre, sempre, com os pés em casa.” E quem pisa o solo estrangeiro sabe que “não nos é só impossível um corte radical com as nossas raízes como cada vez mais o regresso a casa se torna essencial ao nosso bem estar e à grandeza da nossa arte.” É a versatilidade e o compromisso deste homem da cultura. É o autor a defender a literatura e os seus principais protagonistas. É a luta constante pela voz que precisamos de ter no espaço nacional.

A terceira e a última parte deste encontro com a paixão do escritor é dedicada à “Memória de um Tempo”. Foram os anos em que Vamberto Freitas, vivendo na metrópole do oeste americano, Los Angeles, produziu para o *Diário de Notícias* várias publicações de índole cultural, um conjunto de trabalhos escrupulosos onde predominam temas tão diversificados como: a literatura portuguesa, as metamorfoses inevitáveis de uma América Latina instável e subjugada ao poder do poderoso vizinho a norte; e uma leitura revivificante de Jorge Semprún referindo os contributos do intelectual à sociedade, como: “o desenvolvimento do espaço humano onde o maior número possível de cidadãos possa de facto usufruir da beleza das artes”.

Entre a Palavra e o Chão é uma dissertação solística dos múltiplos mundos que compõem o nosso próprio mundo. *As Geografias do Afecto e da Memória* (o subtítulo) são o testemunho de um homem culto, plenamente consciente da luta permanente contra as vicissitudes de um pós-modernismo ultra-materialista que tenta reduzir, sistematicamente, a força e o espírito humanos. Mais do que um conjunto de ensaios, estes textos apresentam um fórum fecundo e aberto dos valores mais

fundamentais da humanidade. Nele fundem-se as paixões de quem escreve com generosidade e amor. De quem, acima de tudo, luta pela dignidade de uma língua e de todas as línguas, de uma cultura e de todas as culturas, da sua própria identidade e da identidade de todos os povos. É um livro dos Açores e do mundo.

Diniz Borges

Entre a Palavra e o Chão: Geografias do Afecto e da Memória, Jornal de Cultura, 254 páginas, 1996. Ponta Delgada.